

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS AM

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	122.866	100	122.966
Pessoal Ativo	110.153	100	110.253
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.612	-	1.612
Demais despesas com Pessoal Ativo	108.541	100	108.641
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.713	-	12.713
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	12.713	-	12.713
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.794	100	20.894
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	1.612	-	1.612
Despesas de Exercícios Anteriores	7.306	100	7.406
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.876	-	11.876
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	102.072	-	102.072

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,019465%	0,000000%	0,019465%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,026353%		138.190
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,025035%		131.280

FONTE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 1.344 (em milhares) e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 268 (em milhares).
 3) Foram efetuados pagamentos de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 6 (em milhares) e inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 9.993 (em milhares).
 4) Devido a impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto as Sentenças Judiciais com Precatórios (do próprio órgão e de outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.


 MÁRCIA ANDRÉA FARIAS DA SILVA
 DESEMBARGADORA PRESIDENTE


 JÚLIO CESAR GUIMARÃES
 DIRETOR GERAL


 FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
 DIRETORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS


 ADRIANA SOUSA LIMA
 DIRETORA DE CONTROLE INTERNO


 JOÃO BATISTA SOBRINHO
 CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE ANALÍTICA